

22° SIMULADO

TJ RJ

**TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA
PÓS-EDITAL**



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

22º Simulado TJ-RJ – Técnico de Atividade Judiciária

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-30-08>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo

A escola então era risonha e franca?

Naquele ano de 1919, em Fortaleza, a nossa rua se chamava do Alagadiço: era larguíssima, uma longa sucessão de chácaras com jardim à frente, imenso quintal atrás (...).

Do outro lado da rua, defronte ao poste do bonde, ficava a escola pública da Dona Maria José. (...) Nela estudava o meu tio Felipe, que era quase da minha idade. (...) E eu, que chegara um mês antes do Pará, tinha loucura para frequentar a escola, mas ninguém consentia. Minha mãe e meu pai alimentavam idéias particulares a respeito de educação formal: desde que eu já sabia ler – aprendi sozinha pelos 5 anos – e tinha livros em casa, jornais, revistas (*O Tico-Tico!*), o resto ficava para mais tarde. Eu então fugia, atravessava o trilho para esperar na escola. Principalmente nos dias de sabatina, quando a meninada toda formava uma roda cantando a tabuada, a professora com a palmatória na mão. Primeiro era em coro, seguido: “6+6, 12! 6+7, 13!” O mais difícil era a tabuada de multiplicar, principalmente nas casas de sete para cima e entrando no salteado: “7x9, 56! 8x9, 72!” Aí a palmatória comia e os bolos eram dados pelo aluno que acertava, corrigindo o que errava. E eram aplicados na proporção do erro. Tabuada de 7 a 9 era fogo. O pior era um aluno grandalhão – iria pelos 14 anos – que não acertava nunca. Chegando a vez dele, a roda gritava “8x7?” A roda esperava e ele gaguejava, ficava da cor de um pimentão e começava a chorar. Palmatória nele. Eu, que espionava da janela e já tinha aprendido a tabuada de tanto ver sabatina, soprava de lá: “56!” Dona Maria José, se ouvia, levantava os olhos para cima e até sorria. Mas o pobre nunca entende o sopro. Uma vez caiu de joelhos. Mas não perdoavam: bolo nele! E no dia seguinte ele vinha para aula de mão amarrada num pano, sempre sujo.

As pessoas são cruéis. Menino é muito cruel. Agora me lembrei que chamava o coitado de Zé Grandão. Nunca deu para nada, nem pra caixeiro de bodega – não conseguia anotar direito as compras do borrador. Ele mesmo, mais tarde, nos contou isso.

(...)

Por isso me ficou a convicção, lá no fundo da alma: só se pode mesmo vencer na vida aprendendo tabuada de cor e salteado. Principalmente as casas altas de multiplicar.

QUEIROZ, Rachel de. **As terras áspers** – Crônicas.

S. Paulo: Ed. Siciliano, 1993.

01. Infere-se do texto que a escola, com relação ao momento retratado:

- a) era menos rígida que atualmente.
- b) mantinha sempre uma relação de carinho e compreensão para com os alunos.
- c) era severa em seus métodos de aprendizagem.
- d) não era frequentada por todos.
- e) mantinha aulas aos finais de semana.

02. De acordo com o texto, leia as afirmativas e considere a alternativa correta:

- 1.Os meninos são mais cruéis.
- 2.Os alunos faziam bolo na escola.
- 3.A tabuada de multiplicação era a mais difícil.
- a) somente a alternativa 2 é verdadeira.
- b) somente as alternativas 1 e 3 são verdadeiras.
- c) somente a alternativa 1 é verdadeira.
- d) somente a alternativa 1 e 2 são verdadeiras.
- e) somente a alternativa 3 é verdadeira.

03. Assinale a opção correta no que diz respeito ao vocabulário usado no texto, à ortografia e à acentuação gráfica.

- a) o termo “salteado” em “O mais difícil era a tabuada de multiplicar, principalmente nas casas de sete para cima e entrando no salteado” tem sentido equivalente ao do vocábulo “previsível”.
- b) os vocábulos **idéias** em “Minha mãe e meu pai alimentavam idéias particulares” e **frequentar** em “tinha loucura para frequentar a escola” estão acentuados conforme o novo acordo ortográfico.
- c) as expressões “**minha mãe e meu pai alimentavam idéias particulares**” e “**aí a palmatória comia**” são complementares.
- d) o vocábulo “**cruéis**” em “As pessoas são cruéis” está redigido corretamente.
- e) o vocábulo “**convicção**” em “Por isso me ficou a convicção” pode ser substituído por hesitação.

04. Com relação aos sentidos do texto e às suas estruturas linguísticas, assinale a opção correta.

- a) o trecho “Eu, que espionava da janela e já tinha aprendido a tabuada, de tanto ver sabatina, soprava de lá” poderia ser corretamente substituído por: “Eu, que espreitava da janela e já tinha aprendido a tabuada, de tanto ver a sabatina, bradava de lá”.
- b) verifica-se a ocorrência de dígrafos nos vocábulos “chegando” e “gaguejava”.
- c) a forma verbal “consentia” em “mas ninguém consentia” está sendo empregada no texto como sinônimo de “acreditar”.
- d) o emprego do acento gráfico nos vocábulos “palmatória”, “idéias” e “larguíssima” justifica-se pela mesma regra de acentuação.
- e) o verbo “chegara” em “E eu, que chegara um mês antes do Pará” poderia ser substituído pela locução verbal **tinha chego**, sem prejuízo da correção gramatical do texto.

05. Os trechos apresentados nas opções abaixo são adaptações de partes do texto acima. Assinale a opção em que o trecho apresentado está gramaticalmente correto.

- a) “Do outro, lado da rua da minha casa, defronte o poste do bonde, ficava a escola pública da Dona Maria José”.
- b) “Mais tarde, ele mesmo nos contou que não conseguia anotar as compras no borrador”.
- c) “Ele no dia seguinte, vinha pra aula de mãos amarradas”.
- d) A convicção, que me ficou lá no fundo da alma só se pode mesmo vencer na vida aprendendo a tabuada, de cor e salteado”.
- e) A professora, com a palmatória na mão esperava, a meninada formar a roda.

06. Assinale a opção que apresenta trecho do texto que expressa uma ideia de explicação.

- a) “A roda esperava e ele gaguejava, ficava da cor de um pimentão e começava a chorar” (2º parágrafo).
- b) “Ele mesmo, mais tarde, nos contou isso” (3º parágrafo).

- c) “Nela estudava o meu tio Felipe, que era quase da minha idade” (2º parágrafo).
- d) “Mas o pobre nunca entendia o sopro” (2º parágrafo).
- e) “Aí a palmatória comia e os bolos eram dados pelo aluno que acertava” (2º parágrafo).

07. No texto, a oração “Principalmente nos dias de sabatina, quando a meninada toda formava uma roda” (2º parágrafo) apresenta noção de

- a) condição, uma vez que os dias de sabatina dependiam dos alunos formarem roda.
- b) concessão, uma vez que formar roda representa uma exceção nos dias de aula.
- c) causa, uma vez que formar roda acarretava nos dias de sabatina.
- d) explicação, uma vez que formar roda esclarece o motivo dos dias de sabatina.
- e) tempo, uma vez que formar roda está relacionado aos dias de sabatina.

08. No texto, o emprego de vírgulas para isolar as expressões “em Fortaleza” em “Naquele ano de 1919, em Fortaleza, a nossa rua se chamava do Alagadiço” (1º parágrafo) e “se ouvia” em “Dona Maria José, se ouvia, levantava os olhos para cima e até sorria” (2º parágrafo) é

- a) justificado por regras distintas de pontuação.
- b) necessário devido ao deslocamento dessas expressões dentro do período.
- c) facultativo em ambas as expressões.
- d) obrigatório apenas na primeira expressão.
- e) apenas uma escolha estilística do autor.

09. No trecho “sucessão de chácaras com jardim à frente” (1º parágrafo) do texto, o emprego do sinal indicativo de crase decorre da

- a) regra de acentuação de palavras monossílabas.
- b) regência do nome “sucessão”.
- c) presença de expressão adverbial com nome feminino.
- d) regência do nome “jardim”.
- e) regência do nome “chácaras”.

10. No que diz respeito a aspectos linguísticos do texto, assinale a opção correta.

- a) o substantivo **bolos** em “e os bolos eram dados pelo aluno” (2º parágrafo) pode ser substituído por **tortas**, sem que haja prejuízo no sentido do texto.
- b) O vocábulo “pobre” em “Mas o pobre nunca entende o sopro” (2º parágrafo) tem significado equivalente a **coitado**.
- c) Preservam-se a correção gramatical do texto e seu sentido original ao se substituir a forma verbal “contou” em “Ele mesmo, mais tarde, nos contou isso” (2º parágrafo) por **calculou**.
- d) O vocábulo **fruto** poderia ser empregado em lugar de “pimentão” em “ficava da cor de um pimentão” (2º parágrafo), sem que isso modificasse o sentido do texto ou prejudicasse sua correção gramatical.
- e) a substituição do vocábulo “fogo” em “Tabuada de 7 a 9 era fogo” (2º parágrafo) por **quente** manteria a coerência do texto e sua correção gramatical.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)

Marcos Girão

11. Segundo o texto da LODERJ, os órgãos do Poder Judiciário do estado do Rio de Janeiro **não** incluem o(s):

- a) Conselhos da Justiça Militar.
- b) Tribunal de Alçada.
- c) Tribunal de Pleno.
- d) Juizados Especiais e suas Turmas Recursais.
- e) Tribunal do Júri.

12. Com base na LODERJ, compete ao presidente do TJRJ:

- a) distribuir, na forma da lei processual, os feitos de natureza cível de competência de órgão julgador de segunda instância.
- b) presidir as sessões da Seção Criminal.
- c) tomar parte nos julgamentos do Órgão Especial, sem as funções de relator ou revisor, salvo quando vinculado por vista, distribuição anterior ou competência regimental.

d) encaminhar ao Órgão Especial proposta de instauração de processo administrativo disciplinar em face de magistrado de primeiro grau.

e) aplicar medidas disciplinares de sua competência a servidores, notários e registradores.

13. Acerca da Lei estadual n.º 4.620/2005, assinale a opção correta:

- a) A gratificação de locomoção sempre comporá a remuneração de um Analista Judiciário na Especialidade de Execução de Mandados.
- b) A classificação do serventuário no concurso público que originou a sua nomeação e posse será levada em consideração em todas as progressões na carreira.
- c) Receberá gratificação pelo exercício desta função, no valor de 30% (trinta por cento) sobre a remuneração do padrão do respectivo cargo, o Analista Judiciário na Especialidade de Execução de Mandados que desempenhar função de direção da Central de Cumprimento de Mandados.
- d) Não haverá remoção de servidor da região para a qual concorreu no concurso público para outra região.
- e) Ao analista judiciário na especialidade de execução de mandados é conferida a denominação funcional de oficial de justiça avaliador.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)

Fabiano Pereira

14. Joana, servidora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, está gestante. Nesse caso, poderá usufruir de licença maternidade por um período inicial de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado, em caso de aleitamento materno, por um prazo máximo de:

- a) 30 dias.
- b) 45 dias.
- c) 90 dias.
- d) 60 dias.
- e) 15 dias.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)**Tiago Zanolla**

15. Compete ao Órgão Especial julgar e processar originariamente conflitos de competência. Concernente ao que dispõe o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o Órgão Especial não julga os conflitos de competência entre

- a) Turmas Especiais Recursais
- b) Conselho da Magistratura e qualquer Órgão Julgador do Tribunal
- c) Grupos Criminais
- d) Câmaras Cíveis
- e) Câmaras Criminais

16. Consoante o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, compete ao Conselho da magistratura julgar

- a) as habilitações e outros incidentes, nos processos de sua competência, bem como as dúvidas não manifestadas em forma de conflito, sobre distribuição, competência e ordem de serviço, em matéria das Câmaras Cíveis.
- b) pedidos de reexame e, em geral, recursos contra decisões estritamente administrativas de Juiz da Infância, da Juventude e do Idoso.
- c) as representações contra os membros dos Tribunais de segundo grau, por excesso de prazo previsto em lei.
- d) os recursos contra decisões proferidas nos feitos de sua competência pelo Presidente, por Vice-Presidentes ou pelo relator.
- e) as arguições de impedimento e suspeição opostas a Desembargadores e ao Procurador-Geral de Justiça quando não reconhecidas.

17. Kleber trabalha em uma unidade organizacional da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Em determinado dia, Kleber expediu um documento no qual afirma a existência de fatos ou de situações que constam de assentamentos públicos.

Segundo as Normas da Corregedoria do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, qual o documento expedido?

- a) Memorando

- b) Ofício
- c) Certidão
- d) Declaração
- e) Atestado

18. Joelson necessitou transmitir petição relativa a uma ação originária de 1ª instância. Segundo as Normas da Corregedoria do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a responsabilidade pela fidelidade e qualidade do material transmitido é

- a) Do servidor que recebe o FAX
- b) Do setor de protocolo
- c) Do Juiz de Direito
- d) Do próprio Joelson
- e) Da companhia telefônica

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Lilian Novakoski**

19. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, 13.146/2015, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz não poderá nomear, de ofício, curador a pessoa com deficiência em situação de curatela.
- b) Cabe ao poder Executivo garantir a produção de artigos científicos em formato acessível, inclusive em língua brasileira de sinais (LIBRAS), pelas instituições públicas de ensino e pesquisa.
- c) João, médico em um hospital particular, atendeu um paciente idoso, com deficiência, suspeitando que o mesmo foi vítima de maus tratos. Neste caso, frente a suspeita, João deve notificar somente autoridade policial.
- d) Maria tem 20 anos e é pessoa com deficiência e terá que se submeter a intervenção cirúrgica. Nesta situação hipotética, o consentimento dela será imprescindível para a realização dos procedimentos e, por isso, não poderá ser suprido, ainda que ela esteja em situação de curatela.
- e) Para que um indivíduo seja considerado pessoa com deficiência, ele deve ter algum impedimento de longo prazo, que pode ser de natureza física.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**Fabiano Pereira**

20. De acordo com a Lei nº 8.429/1992, constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário:

- a) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- b) frustrar a licitude de concurso público.
- c) transferir recurso a entidade privada em razão da prestação de serviços na área de saúde mediante a celebração de contrato, convênio ou instrumento congêneres.
- d) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza
- e) celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

DIREITO ADMINISTRATIVO**Fabiano Pereira**

21. Com o objetivo de controlar as atividades dos órgãos inferiores para garantir que estes desempenhem seus atos e cumpram suas obrigações, a Administração Pública poderá se utilizar do poder _____. Assinale, das alternativas a seguir, qual preenche corretamente a lacuna.

- a) regulamentar.
- b) disciplinar.
- c) de polícia administrativa.
- d) hierárquico.
- e) de polícia judiciária.

22. Acerca dos princípios implícitos e expressos que regem a administração pública, é correto afirmar que

- a) por constarem no próprio texto constitucional, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência são superiores a todos os demais.
- b) objetivando cumprir a eficiência administrativa no atendimento às demandas da sociedade, a administração pública poderá, por ato próprio, submeter suas ações a regime privado, por meio de decreto.
- c) a administração pública poderá ser regida pelo direito público ou privado, que será escolhido por esta com objetivo de melhor atender ao interesse público.
- d) quando do conflito entre dois ou mais princípios, prevalecerá aquele que se aproxime mais do interesse individual.
- e) se aplicam a todos os entes da administração pública, sejam eles pertencentes a Administração direta ou indireta.

23. Para que uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos obtenha a qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, segundo a Lei nº 9.790/99, esta deverá dirigir seu pedido ao _____, sendo que um dos documentos que devem acompanhar o referido pedido é _____. Assinale a alternativa que preenche, respectivamente, as lacunas da questão.

- a) Ministério da Economia e a declaração de isenção do imposto de renda.
- b) Ministério da Justiça e o balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício.
- c) Ministério da Cidadania e a declaração de isenção do imposto de renda.
- d) Ministério da Infraestrutura e o balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício.
- e) Ministério do Desenvolvimento Regional e o estatuto registrado em Cartório.

24. A respeito do controle exercido pelo Poder Judiciário, pode-se afirmar corretamente que o único conceito que não se amolda a este tipo de controle é o:

- a) Controle de legitimidade.
- b) Controle da legalidade.
- c) Controle corretivo.
- d) Controle externo.
- e) Controle de conveniência e oportunidade.

25. Em se tratando da organização da administração pública, assinale a afirmativa correta.

- a) Por ser dotada de personalidade jurídica própria, possuir autonomia administrativa e financeira, a Autarquia não se submete ao controle de outro órgão.
- b) As fundações públicas de direito público ou de direito privado são necessariamente criadas por lei, devendo estar o patrimônio delas vinculado a um fim específico.
- c) A concessão de qualificação de OSCIP pelo poder público, a uma entidade privada sem fins lucrativos, é ato vinculado.
- d) A administração pública direta é exercida exclusivamente pelo Poder Executivo, o qual é incumbido da atividade administrativa em geral.
- e) A descentralização pressupõe a existência de, pelo menos, dois órgãos.

26. É INCORRETO afirmar, no que se refere ao direito administrativo e à prática dos atos administrativos, que

- a) O decreto é ato administrativo que pode ser praticado tanto pelo chefe do Poder Executivo quanto pelos presidentes das casas legislativas.
- b) É de suma importância que a Administração Pública, no momento em que for anular ato administrativo que tenha impacto em direito individual, observe o devido processo legal.
- c) O ato administrativo perfeito e legal poderá ser revogado pela administração, uma vez que tal ato não se mostre mais conveniente ou oportuno.
- d) Todos os fatos alegados pela administração pública são considerados verdadeiros.

e) A presunção de legitimidade ou de veracidade de determinado ato administrativo produz a inversão do ônus da prova, ou seja, a atuação da administração é presumidamente fundada em fatos verdadeiros e em observância à lei, até prova em contrário.

27. Assinale a alternativa correta, no que diz respeito ao regramento legal do processo administrativo.

- a) A competência para a decisão de recursos administrativos pode ser delegada a outro órgão por ato administrativo motivado e publicado no meio oficial.
- b) Além de iniciar-se de ofício, o processo administrativo também poderá ser iniciado por requerimento do interessado.
- c) O prazo para decisão, depois de concluída a instrução do processo, é improrrogável.
- d) Em regra, os recursos administrativos têm efeito suspensivo.
- e) Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo pode ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.

28. Acerca das licitações públicas, assinale a afirmativa correta.

- a) Toda compra realizada pelos órgãos da administração pública está sujeita à licitação.
- b) As fundações públicas não são sujeitas aos procedimentos licitatórios comuns aos demais entes da administração indireta.
- c) É imprescindível que a empresa, para participar de licitação na modalidade tomada de preços, esteja cadastrada junto ao órgão ou atenda às condições exigidas para o cadastramento.
- d) Para a promoção de atividades de natureza artística, técnica ou científica, a modalidade licitatória apropriada é o convite.
- e) A aquisição de bens imóveis pela administração pública, em regra, somente pode ser realizada pela modalidade de licitação tomada de preços, independentemente do valor do imóvel.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

29. Cido, servidor do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, compareceu ao departamento de Recursos Humanos para solicitar certidão, atestando o tempo de serviço prestado junto ao órgão, para fins de requerimento de aposentadoria. O servidor responsável pela expedição da certidão, ao consultar seu superior hierárquico, foi informado de que tais informações eram sigilosas e não poderiam ser fornecidas a Cido. Este, diante dessa situação:

- a) Deveria ajuizar habeas data, ação destinada ao conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante.
- b) Poderia impetrar mandado de segurança, desde que a petição fosse instruída com a comprovação do esgotamento da via administrativa.
- c) Deveria ajuizar habeas data, já que se trata de banco de dados de caráter público.
- d) Poderia ajuizar mandado de segurança, perante o próprio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
- e) Poderia ajuizar mandado de segurança, de competência do Superior Tribunal de Justiça.

30. Inácia foi acusada de ter cometido crime político. A ação foi ajuizada perante a justiça federal de primeiro grau que, ao final, proferiu sentença condenatória. Inácia decidiu, então, interpor recurso dirigido ao TRF respectivo, a fim de ter reformada a decisão do juiz singular. Consoante o que determina a Constituição Federal, pode-se afirmar que:

- a) O TRF não é a instância adequada à interposição do recurso, o qual deveria ter sido dirigido ao STF, pela via extraordinária.
- b) O recurso ordinário deveria ter sido interposto no STJ, o qual possui competência para julgar recursos em caso de crime político.
- c) A ação deveria ter sido ajuizada na justiça estadual, já que somente autoridades federais detêm foro especial perante a justiça federal.

d) O juiz federal detém competência para julgar a ação, sendo o TRF, instância imediatamente superior, competente para o julgamento da ação.

e) Nessa situação seria cabível recurso ordinário, perante o STF.

31. Gelina e Gelandia, deputadas estaduais, iniciaram uma intensa discussão após sessão plenária na Assembleia Legislativa, logo após deixarem o recinto do órgão legislativo. Gelina dirigiu inúmeras ofensas a Gelandia, que, em um momento de raiva, agrediu a adversária fisicamente, causando ferimentos leves. No local, havia muitos repórteres e alguns policiais, os quais, ao presenciarem o ato, decidiram prender Gelandia em flagrante. Considerando o disposto na Carta Maior, assinale a opção verdadeira:

- a) Gelina e Gelandia possuem imunidade material, mas não formal, o que autoriza a prisão da segunda, mas inviabiliza a responsabilização da primeira.
- b) Gelandia poderá ser presa caso haja autorização da Assembleia Legislativa.
- c) Gelina não deverá responder pelas ofensas dirigidas a Gelandia, que, por sua vez, não poderia ter sido presa pela autoridade policial.
- d) Gelina deverá responder pelas palavras proferidas, já que a imunidade material de que dispõe restringe-se ao ambiente da Casa Legislativa à qual pertence.
- e) Gelandia somente poderia ser presa após o término de seu mandato.

32. Determinado sindicato foi criado para representar os produtores rurais de determinado município. Devido à divergência entre seus membros, relativa à compulsoriedade da contribuição confederativa, a entidade acabou sendo subdividida, dando origem a dois novos sindicatos, abrangendo parcelas diferentes do município original: o sindicato A passou a cobrar a referida contribuição de forma automática de todos os filiados. Já o outro sindicato resultante, B, estabeleceu que a referida contribuição só seria cobrada daqueles que expressamente consentissem com o seu pagamento. Com base no disposto na Carta Constitucional,

a) O sindicato original poderia ter sido mantido, mas as associações resultantes, A e B, são inconstitucionais.

b) O sindicato original foi criado em contrariedade à Constituição, a qual proíbe a representação sindical no meio rural.

c) Assiste razão ao sindicato B, que, embora criado de forma irregular, prevê a autorização expressa dos filiados para a cobrança da contribuição confederativa, instituída por meio de lei.

d) A criação do sindicato A é válida, assim como a cobrança automática da contribuição mencionada.

e) A cisão resultou em duas entidades constituídas regularmente, já que suas áreas de abrangência não coincidem.

33. Heleno cometeu crime comum e foi denunciado pelo Ministério Público à Justiça Estadual. Heleno havia se candidatado ao cargo de governador e acabou saindo vencedor nas eleições. Dois meses após a posse, entretanto, o juiz profere sentença condenatória, a qual transita em julgado. Nessas condições, a Constituição Federal determina que:

a) A Assembleia Legislativa, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderia ter sustado o andamento da ação.

b) Após a posse no cargo eletivo, os autos deveriam ter sido remetidos ao Superior Tribunal de Justiça, em razão do foro especial de que dispõe o governador.

c) Na vigência do mandato, a irresponsabilidade do chefe do Poder Executivo é absoluta, devendo o processo ser definitivamente extinto.

d) O processo seguiu corretamente seu curso normal perante a justiça estadual, e, com a condenação definitiva, Heleno deverá perder o cargo.

e) Os autos deveriam ter sido remetidos ao Tribunal de Justiça respectivo, e, caso Heleno viesse a ser condenado definitivamente, ele não poderia ser preso na vigência do mandato.

34. Suponha que o governador de determinado Estado, visando disciplinar a prestação de serviços locais de gás canalizado, tenha editado medida provisória e, logo em seguida, delegado a uma empresa concessionária a exploração desses serviços. Com base no que estabelece a atual Constituição, é correto dizer que:

a) A medida provisória, desde que adequada à normatização geral produzida pela União, assim como a delegação da exploração do serviço, são plenamente válidas.

b) A medida provisória é válida, embora a exploração do serviço deva ser feita pelo município, a quem compete a prestação de serviços locais.

c) A medida provisória somente poderá ser considerada válida caso exista autorização para a edição dessa espécie legislativa na Constituição estadual.

d) A edição da medida provisória é inconstitucional, mas a delegação da exploração do serviço, por meio de concessão, é permitida.

e) A exploração do serviço não poderia ter sido delegada, já que se trata de competência exclusiva dos estados.

35. Olaindo possui 30 anos de idade e há 2 anos exerce a advocacia. O Presidente da República pretende nomeá-lo como Advogado-Geral da União. Considerando o que prevê o texto Constitucional, assinale a opção correta:

- a) Olaindo não poderá ser nomeado como AGU, uma vez que não integra a carreira de advogado da União.
- b) Olaindo somente poderia ser indicado para chefiar a instituição caso já tivesse completado 10 anos de atividade profissional.
- c) Olaindo deverá ter seu nome aprovado pelo Senado e, caso venha a ocupar o cargo, gozará de foro privilegiado perante o STF, nos crimes comuns e de responsabilidade.
- d) Olaindo não poderá ocupar o cargo, uma vez que não atende o requisito constitucional de idade mínima.
- e) Olaindo poderá ser livremente nomeado e exonerado pelo Presidente, sem a participação do Senado.

36. Foi aprovada emenda à lei orgânica municipal, instituindo o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para seus servidores efetivos e temporários. Além disso, o texto previa a instituição de subteto remuneratório único, válido para todo o funcionalismo público, equivalente aos subsídios dos vereadores. Consoante o disposto na Constituição da República, aponte a alternativa verdadeira:

- a) A emenda à lei orgânica é inconstitucional, por prever a instituição do RPPS no município, bem como a instituição do subsídio dos vereadores como referência para o subteto remuneratório.
- b) A emenda é inconstitucional apenas no que diz respeito à sujeição dos temporários ao Regime Próprio, uma vez que estes devem contribuir, obrigatoriamente, para o RGPS.
- c) O limite remuneratório é constitucional, desde seja respeitado o teto geral, correspondente ao subsídio dos Ministros do STF.

d) O limite remuneratório somente poderá valer para os servidores do Poder Legislativo, os quais estarão, a partir da publicação da emenda, sujeitos ao RPPS.

e) O Município detém plena autonomia para estabelecer o regime jurídico e previdenciário de seus servidores, razão pela qual a emenda pode ser considerada válida.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

37. O Código de Processo Civil estabelece a ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão. Sobre referida medida, pode-se afirmar:

- a) A lista de processos deverá estar permanentemente à disposição para consulta pública nos cartórios, sendo dispensada a sua publicação na internet.
- b) As sentenças proferidas em audiência, as homologatórias de acordo e as de improcedência liminar do pedido não precisam observar a ordem obedecida, assim como o julgamento de processos em bloco para a aplicação de tese jurídica firmada em julgamento de casos repetitivos.
- c) Os juízes e os tribunais deverão obedecer à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- d) O julgamento de embargos de declaração e de agravo interno estão sujeitos à ordem cronológica de conclusão.
- e) Eventual requerimento formulado pela parte alterará a ordem cronológica para decisão.

38. Quando proposta perante o juízo estadual, a ação poderá ser remetida ao juízo federal se constatada a sua competência para processar e julgar o caso. Com base no Código de Processo Civil, é correto que:

- a) A presença de uma empresa pública da União como terceiro interveniente é causa suficiente para a remessa dos autos ao juízo federal, observados os requisitos legais.

- b) As ações que versem sobre recuperação judicial, falência ou insolvência civil serão de competência da Justiça Federal quando presente uma autarquia federal, a exemplo do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social.
- c) Ainda que a Justiça Estadual seja competente para apreciar algum dos pedidos formulados, os autos deverão ser remetidos ao juízo federal que, nessa hipótese, deterá competência para julgar todos os pedidos da petição inicial.
- d) Havendo a exclusão do ente federal cuja presença ensejou a remessa do processo, o juízo federal poderá julgar a ação, caso esteja apta a julgamento.
- e) Quando a maioria dos pedidos formulados pelo autor for de competência do juízo estadual, buscando a economia e celeridade, o juiz poderá julgar a totalidade dos pedidos, inclusive os de competência da Justiça Federal.

39. Sobre o conflito de competência entre juízos, é correto que:

- a) Há conflito negativo de competência quando dois ou mais juízes se declaram competentes.
- b) Há conflito positivo de competência quando dois ou mais juízes se consideram incompetentes e atribuem um ao outro a competência.
- c) Não há conflito de competência quando surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.
- d) O juiz que não acolher a competência declinada deverá suscitar o conflito, ainda que a atribua a outro juízo.
- e) Não há que se falar em conflito de competência quando já existe sentença com trânsito em julgado proferida por um dos juízos conflitantes.

40. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) No caso de perda do objeto, será dispensado o pagamento de honorários advocatícios.

- b) Ao julgar o recurso, o Tribunal majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, sendo permitido, inclusive, ultrapassar o percentual de vinte por cento ao realizar tal majoração.
- c) As verbas de sucumbência arbitradas em embargos à execução rejeitados ou julgados improcedentes e em fase de cumprimento de sentença serão acrescidas no valor do débito principal, para todos os efeitos legais.
- d) Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, gozando dos mesmos privilégios dos créditos trabalhistas, sendo permitida a compensação em caso de sucumbência parcial.
- e) Não há que se falar em pagamento de honorários quando o advogado atuar em causa própria.

41. A assistência é uma espécie de intervenção em que o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma das partes poderá intervir no processo para assisti-la. Sobre a referida modalidade de intervenção, pode-se afirmar:

- a) O assistente simples, embora possa exercer os mesmos poderes da parte principal, não está submetido aos mesmos ônus processuais que o assistido.
- b) Considera-se litisconsorte da parte principal o assistente sempre que a sentença influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.
- c) O assistente será considerado como substituto processual apenas na hipótese de revelia do assistido.
- d) Para que possa desistir da ação, deverá convergência de vontades entre o assistido e o assistente.
- e) Após o trânsito em julgado da sentença, ao assistente é vedado discutir a justiça da decisão em processo posterior.

42. O executado dispõe de 15 (quinze) dias para efetuar o pagamento voluntário da quantia. Transcorrido esse prazo, inicia-se o prazo para impugnação ao cumprimento de sentença. De acordo com o Código de Processo Civil, é correto:

- a) A impugnação ao cumprimento de sentença exige a garantia prévia do juízo.
- b) Ao executado é vedado alegar o impedimento ou suspeição do magistrado na impugnação do cumprimento de sentença, posto que são medidas típicas da fase de conhecimento.
- c) Não cabe a concessão de prazo em dobro para litisconsortes que apresentam diferentes procuradores de distintos escritórios de advocacia.
- d) A apresentação de impugnação impede a prática dos atos executivos.
- e) O executado poderá alegar excesso de execução, devendo declarar o valor que entende correto e apresentar demonstrativo discriminado e atualizado de cálculo.

43. A Lei nº 7.347/85 disciplina a ação civil pública e estabelece que:

- a) a ação civil pública destina-se à responsabilização por danos morais e patrimoniais causados apenas ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- b) é cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos ou contribuições previdenciárias.
- c) a ação deverá ser proposta no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.
- d) o objeto da ação civil pública será sempre a condenação em dinheiro em virtude dos danos morais ou patrimoniais sofridos.
- e) a ação deverá ser proposta no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência territorial para processar e julgar a causa.

44. O mandado de segurança é um remédio constitucional e encontra-se disciplinado pela Lei nº 12.016/2009. Sobre o referido instrumento, pode-se afirmar:

- a) cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticado pelos administradores de empresas públicas, sociedades de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- b) quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.
- c) o mandado de segurança destina-se à proteção de direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, uma pessoa física sofra violação ou tenha justo receio de sofrê-la por parte de terceiro, quer seja autoridade ou não.
- d) o mandado de segurança não poderá ser impetrado por pessoa jurídica.
- e) o mandado de segurança poderá ser utilizado em substituição à ação de cobrança.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

45. Analise as afirmativas a seguir:

- I- A audiência poderá ser adiada se, por motivo justificado, o defensor não puder comparecer.
 - II- Nenhum acusado poderá ser julgado sem defensor, exceto se foragido, ou se não for localizado.
 - III- O direito ao silêncio e o direito de não produzir provas contra si faz com que o acusado possa, de maneira legal, imputar o crime pelo qual foi denunciado a terceiro determinado, ainda que o saiba inocente.
 - IV- Pode-se afirmar que em virtude do contraditório, o juiz não poderá, e, regra, basear eventual decisão condenatória em elementos probatórios produzidos exclusivamente em fase policial.
- a) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
 - b) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
 - c) se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.
 - d) se apenas as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
 - e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

46. João Pedro está sendo processado perante a 2ª Vara Criminal de Santo André-SP, pela prática do crime de roubo. Após a colheita de todas as provas na audiência de instrução, o Magistrado acolheu o pedido da defesa de que o caso era complexo e converteu as alegações finais em memoriais por escrito. Contudo, após a apresentação dos memoriais pelas partes, a lei processual penal sofre mudança e determina que a peça de Resposta à acusação passe a ter o prazo de 15 dias e não de 10 dias como foi apresentada oportunamente após o recebimento da denúncia. Nesse caso,

- a) A lei processual penal não se submete ao princípio da retroatividade, ainda que seja em benefício do Acusado, devendo ter incidência imediata sobre todos os processos em andamento, independentemente de o crime haver sido cometido antes ou depois de sua vigência ou de a inovação ser mais benéfica ou prejudicial.
- b) A lei processual penal se submete ao princípio da retroatividade, independentemente de o crime haver sido cometido antes ou depois de sua vigência ou de a inovação ser mais benéfica ou prejudicial.
- c) A lei processual penal se submete ao princípio da irretroatividade, desde que a lei nova traga prejuízo ao Acusado, independentemente de o crime haver sido cometido antes ou depois de sua vigência.
- d) A lei processual penal não se submete ao princípio da retroatividade, ainda que seja em benefício do Acusado, devendo ter incidência imediata sobre todos os processos em andamento, contudo, não serão considerados válidos os atos processuais realizados sob a égide da lei anterior, os quais deverão ser refeitos para fins de torná-los legítimos perante a lei.
- e) A lei processual penal se submete ao princípio da retroatividade, desde que seja em benefício do Acusado, devendo ter incidência imediata sobre todos os processos em andamento, porém, a nova lei só será aplicável aos fatos ocorridos após a sua vigência.

47. Com relação ao inquérito, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) o inquérito policial é instrumento sigiloso, mas poderá ser acessado a qualquer momento pelo advogado do indiciado.
- b) o inquérito policial, que é obrigatório para a propositura da ação penal, pode ser iniciado de ofício, por requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- c) o inquérito pode ser considerado indisponível para a autoridade policial, já que, uma vez instaurado, não poderá ser por ela diretamente arquivado.
- d) o Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências indispensáveis ao oferecimento da denúncia.
- e) o inquérito policial arquivado com fundamento na manifesta atipicidade do fato não poderá ser desarquivado, ainda que venham novos elementos de convicção acerca da ocorrência da conduta anteriormente investigada.

48. Em Após uma discussão calorosa por causa de futebol, Bernardo Augusto proferiu diversos xingamentos contra seu amigo Lúcio Alberto, chamando-o de estelionatário, bêbado e burro,, o que configura o crime de injúria, nos moldes do artigo 140 do Código Penal. Em razão disso, Lúcio Alberto procurou um advogado e ingressou com uma queixa-crime contra Bernardo Augusto, requerendo o processamento do feito, com a citação do Acusado e ao final a condenação nos moldes legais. Recebido o petitório inaugural, a instrução criminal teve seu curso regular e as alegações finais foram convertidas em memoriais. Devidamente intimada pela Imprensa Oficial, a defesa de Lúcio Alberto ficou inerte, vez que passados mais de 35 dias não apresentou oportunamente a peça cabível. Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que essa inércia configura:

- a) perdão tácito do ofendido;
- b) perempção;
- c) perdão judicial tácito;
- d) renúncia ao direito de representação;
- e) decadência.

49. Sobre a citação e a intimação é correto afirmar que:

- a) é cabível a citação por edital no processo penal, desde que o oficial de justiça verifique e certifique que o réu se oculta para não ser citado.
- b) considera-se completa a formação do processo quando realizada a citação válida do acusado, que não consiste em causa de interrupção da prescrição.
- c) o acusado citado por edital que não comparece nem nomeia defensor, será declarado revel, admitindo-se verdadeiros os fatos articulados na denúncia ou queixa.
- d) o réu será considerado revel se, apesar de pessoalmente citado, deixar de comparecer injustificadamente, sendo que o processo seguirá sem a sua presença e haverá confissão ficta.
- e) não é nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerça a sua jurisdição.

50. Sobre a sentença no Processo penal é correto afirmar:

- a) o juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, pode atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- b) apenas com o trânsito em julgado de sentença absolutória é que o juiz deve ordenar a cessação das medidas cautelares e provisoriamente aplicadas.
- c) ocorrerá a *mutatio libelli* sem aditamento quando o juiz der ao fato definição jurídica diversa da que constar na denúncia, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- d) é possível a aplicação da *mutatio libelli* pelo órgão de segunda instância.
- e) é denominada absolutória imprópria a sentença em que o juiz condena o acusado, impõe-lhe pena restritiva de direitos.

51. Sobre a prisão preventiva é correto afirmar que:

- a) é admitida nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima igual ou superior a 4 (quatro) anos.
- b) em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- c) O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva.
- d) Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.
- e) A decisão que decretar e substituir a prisão preventiva será sempre motivada e fundamentada, mas a que denega não precisa ser fundamentada pois favorece o acusado.

52. No tocante à liberdade provisória, com ou sem fiança, é correto afirmar que

- a) a autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração punida com detenção.
- b) o valor da fiança será fixado pela autoridade que a conceder nos limites de 1 (um) a 100 (cem) salários mínimos, quando se tratar de infração cuja pena privativa de liberdade, no grau máximo, não for superior a 4 (quatro) anos.
- c) nos casos em que a autoridade policial não puder conceder fiança, esta será requerida ao juiz, que decidirá em 24 (vinte e quatro) horas.
- d) o valor da fiança será fixado pela autoridade que a conceder nos limites de 20 (vinte) a 200 (duzentos) salários mínimos, quando o máximo da pena privativa de liberdade cominada for superior a 4 (quatro) anos.
- e) se a situação econômica do preso recomendar, a fiança poderá ser aumentada em até 100 vezes.

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

53. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, no tocante à Administração Interna, o atendimento ao público é atribuição básica, dentre as equipes de processamento integrado das serventias, da equipe

- a) jurídica.
- b) de preparação administrativa.
- c) de digitação.
- d) normativa.
- e) de diligências.

54. Segundo expresso na Consolidação Normativa Judicial, a administração interna das escriturarias deverá observar os princípios da

- a) legalidade e da eficiência
- b) publicidade e da eficiência
- c) eficiência e da agilidade
- d) agilidade e expressabilidade
- e) continuidade e legalidade

55. Os livros cartorários obrigatórios serão impressos ou formados por folhas, numeradas e encadernados, com termos de abertura e de encerramento assinados pelo Chefe de serventia.

Acerca do disposto na Consolidação Normativa Judicial, assinale a opção correta

- a) Os livros de folhas soltas obedecerão ao modelo próprio e conterão até 200 folhas, ressalvada a hipótese do último ato ultrapassar tal limite, sendo, então, permitida a utilização de folhas necessárias à lavratura desse ato
- b) O termo de abertura e encerramento serão lavrados concomitantemente.
- c) É permitida a utilização das contracapas como termo de encerramento.
- d) O desaparecimento ou a danificação de qualquer livro cartorário será imediatamente comunicado ao Juiz a que estiver subordinado.
- e) É permitida a formação de livros e pastas não obrigatórios constituídos através da impressão de dados constantes no sistema informatizado DCP.

56. Grosélia atua na terceira vara cível da comarca de Cabo Frio e precisa autuar uma ação de usucapião e uma de produção antecipada de provas.

Quais cores de capa a servidora deve utilizar?

- a) Branca e Rosa, respectivamente
- b) Rosa para ambas
- c) Branca para ambas
- d) Azul e verde
- e) Azul para ambas.

57. Ressalvado caso especial, a cujo respeito o Juiz decidirá, os autos não excederão, em cada volume

- a) 300 folhas
- b) 250 folhas
- c) 200 folhas
- d) 100 folhas
- e) 30 folhas

58. Considera-se como data da publicação

- a) o primeiro dia útil seguinte ao da conclusão pelo magistrado.
- b) o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no DJERJ.
- c) o primeiro dia seguinte ao da disponibilização da assinatura do ato pelo magistrado.
- d) o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação a serventia.
- e) N.D.A.

59. São consideradas imprescindíveis a seguinte anotação e a observância do seguinte procedimento quanto a segurança da informação

- a) manter sempre as caixas de correio institucionais vazias
- b) usar corretamente os andamentos de conclusão ao Juiz Vinculado e ao Juiz Tabelar
- c) usar os textos do sistema corretamente, não só o genérico.
- d) anotar as fases de execução e suspensão dos processos
- e) Incluir corretamente as sentenças, despachos e decisões, principalmente as decisões de recebimento de denúncia para cada parte

60. As unidades responsáveis pelo envio, alteração ou cancelamento dos atos oficiais a serem divulgados e publicados deverão respeitar qual horário-limite a fim de que sejam disponibilizadas no mesmo dia no DJERJ.

- a) 12 horas
- b) 14 horas
- c) 15 horas
- d) 17 horas
- e) 19 horas



Estratégia
Concursos

Preencha o Gabarito

<http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-30-08>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>